



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SEPLAG/DCGTIC - Diretoria Central de Governança de Tecnologia da
Informação e Comunicação

Ata

Comitê Gestor de Governança de Dados (CCGD)	Reunião realizada em 27 de Maio de 2025
Evento	1ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor de Governança de Dados (CCGD)
Convocada por	Secretaria Executiva do CCGD
Registrador	Ausier Vinícius de Oliveira Santos
Local e hora	Reunião realizada por presencialmente na sala 07 do 13º andar do Prédio Gerais da Cidade Administrativa das 11:00 às 12:15

Participantes	Órgão	T/S
Rodrigo Diniz Lara	Seplag	T
Fabício de Barros Salum	Seplag	S
Roberto Tostes Reis	Prodemge	T
Brenda Luiza Carvalho Oliveira	Secretaria-Geral	S
Cynthia Martins Vieira	CGE	T
Marlon de Souza Reis	CGE	S
Bruno Meira Tenório D'Albuquerque	SEF	S
Raphaela Hytomi Pianchão Aihara	SEGOV	S
Marcela Marques dos Reis	SEJUSP	T
Magno Peluso Torquette	SEE	T
Estevão de Almeida Vilela	SEE	S
Rafael Matos Paiva	SES	T
Mariana Villela Nunes	SEPLAG	Convidado
Sgt. Charles de Oliveira Fonseca	CBMMG	Convidado

1. PAUTA DA REUNIÃO

- Modelo de Governança da BISP (Sejusp)
- Maio Amarelo (SES)
- Conecta.Gov (Seplag)

2. RESUMO DA REUNIÃO

No dia 27 de maio de 2025, foi realizada a **1ª Reunião Ordinária do Comitê Central de Governança de Dados - CCGD**, realizada por presencialmente na sala 07 do 13º andar do Prédio Gerais da Cidade Administrativa. Houve participação de convidados, os quais foram registrados. Rodrigo Diniz (Seplag) iniciou a reunião às 11:07 e destacou as apresentações previstas na pauta da reunião.

Rafael Paiva (SES) apresentou o Sgt. Charles Fonseca (CBMMG) para conduzir a apresentação "Análise integrada dos acidentes de trânsito em MG e sua relação com os custos no sistema público de saúde pública", destacando que a iniciativa se trata de uma colaboração entre ambas as instituições por meio de um acordo de cooperação técnica. Sgt. Charles Fonseca (CBMMG) iniciou apresentando o Núcleo de Inteligência e Governança de Dados (NIGD), que possui como competências principais realizar o tratamento de dados (ETL e etc.) e a pesquisa e desenvolvimento de informações. Detalhou dispositivos do acordo de operação técnico-científico entre SES e CBMMG, relacionando as previsões às entregas do projeto a serem apresentadas posteriormente e reforçou que a finalidade da iniciativa visa o atendimento a diversos órgãos e entidades, considerando competência de cada um em sua política pública, como transporte rodoviário e meio ambiente. Foram apresentados dados do contexto global, nacional e estadual de óbitos e internações em acidentes de trânsito, com ênfase que Minas Gerais apresenta a maior malha rodoviária do país e que as despesas apresentadas referem-se apenas às internações e aos atendimentos na rede pública de saúde, excluindo assim outros custos envolvidos nos atendimentos (deslocamentos de viaturas e valor hora-homem, por exemplo). Foi apresentada Resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) com meta de 50% de redução de mortes e lesões no trânsito no Brasil até 2030, com objetivo de normalizar a incidência do país em relação ao resto do mundo, apresentando iniciativas como o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans), articulado para atendimento à meta supracitada. Em relação ao projeto, foram apresentados o objetivo geral e objetivos específicos (entregas), com destaque para o papel do banco de dados unificado como pilar de toda a iniciativa. A apresentação seguiu com a demonstração da metodologia de trabalho e apresentação dos entes participantes, sendo ressaltado como ponto de atenção o recebimento de dados padronizados e completos para posterior tratamento da equipe do NGID, citando, por exemplo, cuidados ao não contabilizar o atendimento da PMMG e do CBMMG em um mesmo evento como duas ocorrências distintas. Após a construção do banco de dados unificado, a próxima fase do projeto contemplou a realização de análises estatísticas e geoespacialização de dados, que culminou na terceira fase incluindo a modelagem preditiva e comportamento do fenômeno nos municípios e influências na região, bem como no mapa de custos para orientar investimentos. A quarta fase consiste assim no fornecimento de insumos para tomadas de decisão pelos gestores públicos. Foram apresentados dados como letalidade entre rodovias e vias urbanas, distribuição de gênero entre condutores, distribuição territorial dos acidentes entre macrorregiões, "zonas quentes" mapeadas (que representam 41% do total de acidentes), tempo de respostas (deslocamentos ao local do acidente e ao hospital) do CBMMG e projeções de cenários para os anos seguintes. Foi destacado como o painel (<https://info.saude.mg.gov.br/5/paineis/16>) vira subsídio para órgãos como o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG e que há discussões com mais atores para ampliação do projeto, inclusive em com outros estados da federação, como Bahia e Espírito Santo, que apresentaram interesse e contemplaria os atendimentos do acidentes que ocorrem entre fronteiras. Ao final da apresentação, Roberto Reis (Prodemge) questionou sobre a periodicidade e automatizações no tratamento dos dados recebidos, Sgt. Charles Fonseca (CBMMG) destacou que ainda há muitas atividades manuais no tratamento dos dados, com recebimento com periodicidades distintas (d-15, d-30), citando, como exemplo, que dados recebidos por concessionárias do Samu não apresentam uniformidade no recebimento dos dados.

Marcela Reis (Sejusp) apresentou modelo de governança da Base Integrada de Segurança Pública - BISP, instituída pelo [Decreto nº 48.355, de 24/01/2022](#), sendo assim o *data lake* integrado do Sistema integrado de Segurança Pública (Sisp), de forma que a estrutura do Sisp é o que reflete a governança da Bisp. O Sisp é composto pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG), pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) e pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp). Não há hierarquia entre os órgãos, de forma que cabe à Sejusp coordenar a integração, conforme competências de cada um. A estrutura de governança apresenta três níveis: estratégico (regulamentação dos demais níveis, atuação em soluções de conflito de competência e deliberação de convênios com outros órgãos), tático (estabelecimento de políticas de segurança, critérios de liberação de dados e informações de novos sistemas obrigatórios a serem incorporados na Bisp) e operacional (análise dos dados e fluxo operacional de gestão da Bisp), de forma que esta estrutura se reflete também na gestão de usuários. A Bisp é o único *data lake* do Sisp, a gestão de acesso descentralizada em cada órgão e o comitê gestor delibera os

próximos sistemas a integrarem o *data lake* (já atuaram sobre os sistemas previstos para entrada no decreto supracitado). Roberto Reis (Prodemge) questionou sobre pedidos de acesso ao *data lake*, Marcela Reis (Sejusp) explicou que órgãos fora da Sisp devem solicitar o acesso à Sejusp, que providenciará a deliberação do Comitê da BISP. Cynthia Vieira (CGE) sugeriu que as solicitações de acesso a dados entre órgãos e entidades do governo não sejam realizados por acordos técnicos, mas sim por regras de acesso. Rodrigo Diniz (Seplag) mencionou que o CGGD buscará simplificar isso, respeitando autonomia dos órgãos e entidades. Marcela (Sejusp) citou que o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) tem gestão autônoma na BISP, conforme definido pela estratégia da Sisp. Cynthia Vieira (CGE) questionou sobre a estrutura de dados na Bisp, Marcela (Sejusp) respondeu que depende da necessidade apresentada, da periodicidade da demanda, que há APIs na BISP, mas não para todos os sistemas. Rafael Paiva (SES) citou iniciativa realizada na SES em 2024 com metodologia da *Data Management Association* (DAMA), que aplicou diagnóstico nas subsecretarias para estratégia de dados na SES e gerou um *roadmap* em 18 meses de implementação para ampliar a maturidade na gestão na SES e o dado ser um ativo. Questionou sobre os papéis do *data owner* e *data steward* no âmbito da Bisp. Marcela Reis (Sejusp) respondeu que a Superintendência do Observatório de Segurança Pública fica responsável pela disponibilização das informações oficiais, mas cada órgão tem seus especialista nos dados. Cynthia Vieira (CGE) citou que a CGE atua mais como usuária que dona de dados, sendo frequente o recebimento de dados com restrições diversas, sendo necessária "descer" na tabela em nível de campo para disponibilizações. Marcela Reis (Sejusp) citou que essa análise por campo também é um desafio na Bisp.

Rodrigo Diniz (Seplag) iniciou apresentando Conecta GOV.BR, que se trata de uma iniciativa do Governo Federal coordenada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI, em que o ministério arcou com os custos de disponibilização de um catálogo de APIs nos órgãos federais e começaram a liberar para estados sem custos. Apresentou as APIs disponíveis da 1ª onda (Sistema Nacional de Cadastro Rural; Certidão Negativa de Débitos; CPF; CNPJ), sendo previstas mais liberações na 2ª e 3ª onda, de forma que o MGI irá apresentar o status destas liberações em breve. Ressaltou que as APIs de CPF e CNPJ dependem do consumo, se o consumo for grande ocorre por nó *blockchain*, não sendo ainda superada a disponibilização de um único nó para todos os órgãos e entidades de MG. Magno Torquette (SEE) explicou casos de uso em andamento com uso das APIs, como a utilização para limpar dados de CPF cadastrados errados em bases internas, para no futuro usar o CPF como dado de identificação única dos alunos. Sugeriu ainda que o CGGD atue para disponibilizar a todos os órgãos dados como comprovante de residências (Cemig e Copasa). Rodrigo Diniz (Seplag) destacou que o Conecta GOV.BR facilitou a obtenção de APIs, citou iniciativas em andamento na Seplag com Portal de Compras e na Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito (CET-MG), e sugeriu que quem possui contratos de *blockchain* com instituições do governo federal avalie a migração ao Conecta GOV.BR. Destacou que recentemente mudaram forma de acesso ao programa via plataforma e, considerando que orçamento não é infinito, adesões tardias ao projeto podem não ser atendidas pelo governo federal.

Cynthia Vieira (CGE) mencionou sobre projeto de estruturação de dados, com 64 bases mapeadas na CGE e que distribuiu ofícios solicitando acesso a dados aos órgãos e entidades do governo. Destacou que isso gera um desnivelamento sobre entendimento do projeto, de forma que algumas áreas pensam se tratar de uma demanda de atendimento pontual. Rodrigo Diniz (Seplag) sugeriu que a CGE apresente este projeto na próxima reunião para detalhar a situação e que a SEE as iniciativas e modelo de governança aplicado na Secretaria .

A reunião foi encerrada às 12:25.

3. ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamentos	Responsável	Prazo
CGE apresentar projeto de estruturação de dados	Cynthia Vieira (CGE)	Próxima reunião

SEE apresentar modelo de governança dados	Magno Torquette (SEE)	Próxima reunião
---	-----------------------	-----------------



Documento assinado eletronicamente por **Fabício de Barros Salum, Superintendente.**, em 29/05/2025, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Diniz Lara, Subsecretário**, em 29/05/2025, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Matos Paiva, Assessor(a) Chefe**, em 29/05/2025, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Brenda Luiza Carvalho Oliveira, Superintendente**, em 02/06/2025, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raphaela Hytomi Pianchao Aihara, Assessor(a)**, em 05/06/2025, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cynthia Martins Vieira, Coordenador(a)**, em 11/06/2025, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **114507070** e o código CRC **FF20B031**.

Referência: Processo nº 1500.01.0130573/2025-28

SEI nº 114507070